
O Novo Florescer da Independência: Afonso Celso e o Congresso Internacional de História da América (Rio de Janeiro, 1922)

Lúcio Nascimento¹

Resumo: O objetivo deste trabalho consiste em analisar o discurso proferido pelo conde de Afonso Celso na abertura do Congresso Internacional de História da América realizado no Rio de Janeiro em 1922. Este congresso, organizado pelo IHGB, fez parte das atividades de comemoração do Centenário de Independência, tema pouco estudado pela historiografia brasileira. Para elucidar esse discurso, o presente trabalho se insere na interface entre a história da historiografia e a história intelectual, pois não há como examiná-lo sem considerar o contexto intelectual do período (1910/20), o fato de ter ocorrido à abertura de um evento oficial que reunia intelectuais e personalidades do Brasil e de diversos países do mundo, e que a narrativa de passado mobilizada pelo conde de Afonso Celso partia de elementos que poderiam ou não ser compartilhados pelos presentes.

Palavras-Chave: Afonso Celso. Congresso Internacional de História da América. História da Historiografia.

New Bloom of Independence: Afonso Celso and the International Congress of American History (Rio de Janeiro, 1922)

Abstract: The objective of this study is to analyze the speech by Count Afonso Celso at the opening of the International Congress of History of America held in Rio de Janeiro in 1922. This conference, organized by IHGB, he was part of the Independence Centennial celebration activities, little studied topic in Brazilian historiography. To elucidate this discourse, this work is part of the interface between the history of historiography and intellectual history, because there is no way to examine it without considering the intellectual context of the period (1910/20), the fact that it occurred opening an official event which brought together intellectuals and personalities from Brazil and various countries in the world, and the last narrative mobilized by Count Afonso Celso started from elements that might or might not be shared by those present.

Keywords: Afonso Celso. International Congress of History of America. History of Historiography.

¹ Mestrando em História pelo PPGH-UERJ. Graduado em História pela SUAM-RJ. Membro da Comunidade de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (COMUM-UERJ). Pesquisador-Júnior no Real Gabinete Português de Leitura (RJ). Professor de História da Rede Estadual no Rio de Janeiro e de História aplicada ao Turismo no SENAC/RJ. E-mail: prof.joselucio@gmail.com.

Introdução

Ao olhar para o discurso realizado pelo conde de Afonso Celso² na sessão de abertura do Congresso Internacional de História da América, doravante chamado de Congresso de História, não se pode deixar de observar o contexto em que ele se insere, o evento que está participando e o próprio discurso que ele proferiu. Considerar estas questões faz parte do método de análise da produção historiográfica proposto por Michel de Certeau no início da década de 1980, em *Operação Historiográfica*³.

As décadas de 1970/80 podem ser vistas como um marco para a revisão na forma de pensar a História e sua relação com a memória. Neste período começava a ganhar força os estudos de historiografia, a escrita da História passava a ser objeto de historiadores. Isto não significa que estudos dessa forma não tenham ocorrido anteriormente. Considerando o caso brasileiro, Pereira, Santos e Nicodemo (2015) demonstram que o uso do termo historiografia no Brasil entre 1870 e 1950 estava ligado ao processo de disciplinarização da história. Já na década de 1950, Sergio Buarque de Holanda e Astrogildo Mello Rodrigues publicaram artigos sobre análise destacando o que entrava ou não na categoria na historiografia brasileira.

A historiografia como campo de estudos passou a ser reconhecida em 1980, após a criação da Comissão Internacional de História da Historiografia criada por um grupo de estudiosos reunidos em Bucareste (GUIMARÃES, 2011). Neste mesmo período, emergiram novos estudos que visavam relacionar a história intelectual e dos intelectuais com a sua produção historiográfica, além de se reconhecer que a História também servia para legitimar projetos de nação (SIRINELLI, 1998; GUIMARÃES, 2003; HARTOG; REVEL, 2001). A produção de letrados do século XIX passou a ser objeto de análises sistemáticas por historiadores.

Este trabalho se insere na interface entre os estudos da história da Historiografia e da história dos Intelectuais⁴. Para tanto, parte do questionamento de como o Conde de Afonso

2 Afonso Celso Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) ficaria mais conhecido na História do Brasil como Conde de Afonso Celso. Entre 1912 e 1938, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo assumido a cadeira após a morte do Barão do Rio Branco. Nascido em Ouro Preto em 1860, foi professor, poeta e historiador, além de político.

3 O referido texto abre a coletânea *Faire de l'histoire. Nouveaux problèmes, nouvelles approches, nouveaux objets* organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora publicada em 1974. A publicação de *L'écriture de l'Histoire* de Michel de Certeau é de 1975; neste artigo consideramos a presente em: *A Escrita da História*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013.

4 Neste artigo consideramos as proposições teóricas propostas por Sirinelli (1998) acerca da história dos intelectuais; porém, no Brasil, durante a Primeira República o campo intelectual ainda não está formado, por isso

Celso apresentou a sua versão da Independência do Brasil em seu discurso de abertura no Congresso de História, no Rio de Janeiro, em 1922. Lembrando que este congresso foi parte das comemorações do Centenário de Independência e que neste momento era *mister* repensar os marcos históricos da História Nacional. Este artigo contribui, também, com o campo por ser um estudo de caso com a possibilidade de confrontá-lo com as concepções de História e com leituras sobre o passado que se construíam no Brasil no primeiro quartel do século XX.

O Centenário da Independência: O Ponto de Partida

Quando pensamos o ano de 1922, logo nos vem à mente a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo, a fundação do Partido Comunista Brasileiro ou a ação dos tenentes no Rio de Janeiro na campanha dos 18 do Forte. Contudo, pouco se vê sobre a comemoração do Centenário da Independência do Brasil realizado no Rio de Janeiro neste ano (MOTTA, 1992). Isto ocorre, como sabemos, porque a memória nacional não é algo dado ou pronto, mas, sim, construído, sendo espaço de disputa entre intelectuais e historiadores (HARTOG; REVEL, 2001). Para Paul Ricoeur (2007), dentro da memória estão presente a lembrança e o esquecimento, a escrita da História pode reforçar um ou outro de acordo com a representação do passado que deseja construir.

Por causa das comemorações do Centenário da Independência os letrados brasileiros se viram impelidos a repensar o Brasil. Estes debates ocorreram ao longo das décadas de 1910/20, seja em espaços de produção acadêmica, tais como a Revista do IHGB, seja em veículos de ampla divulgação, tais como jornais e revistas. Além disso, o Instituto Histórico organizou dois grandes congressos nestas décadas: o I Congresso de História Nacional, em 1914, e o I Congresso Internacional de História da América, realizado em 1922, ano do centenário da Independência. Nas páginas subsequentes trataremos da prática dos membros do Silogeu de participar de eventos acadêmicos como este para que fique mais claro a importância que eles possuem, e em especial o I Congresso Internacional de História da América, no qual o Conde de Afonso Celso fez o discurso, objeto de estudo deste artigo.

Não podemos deixar de sublinhar que a passagem do Regime Monárquico para o Republicano fez com que o IHGB passasse por maus momentos. No período entre a instauração da República e o Barão do Rio Branco tornar-se presidente da casa, esta

preferimos nos referir aqueles que produzem conhecimento histórico e ou científico neste período como letrados, tal como apontam Gomes (1998) e Miceli (2001). Porém, estes letrados também podem ser vistos como mediadores culturais, pois atuavam na produção, divulgação e/ou disseminação do conhecimento produzido, dentro e fora dos espaços acadêmicos (GOMES; HANSEN, 2016).

instituição deixou de contar com o mecenato do Estado. As verbas que eram destinadas a Escola Palatina pelo imperador D. Pedro II deixaram de ser recebidas. Contudo, como destacam Iumatti e Velloso (2014), nos primeiros anos da República ocorreu o crescimento do número de Institutos Históricos e Geográficos, sejam estaduais, sejam municipais, que produziam saber científico que poderia ser utilizado em disputas políticas, em especial questões territoriais. Com o Barão do Rio Branco na presidência este papel ira se solidificar.

Novas mobilizações do passado poderiam ser realizadas por aqueles que disputavam territórios ou para legitimar a domínio sobre uma região. Os conhecimentos históricos e geográficos eram utilizados para comprovar a posição de uma das partes em questões de terras; este por sua vez deveria se assentar em bases científicas reconhecidas por seus pares. O governo republicano passou a financiar expedições de pesquisas em vários estados. Mesmo tendo sido financiado pelo governo imperial, nos primeiros anos da República ocorreria a aproximação entre o governo republicano e o IHGB. Esta aproximação possibilitou que alguns projetos do Instituto fossem financiados pelo governo republicano; igualmente como era no Instituto a república buscava elementos para justificar o novo regime (IUMATTI; VELLOSO, 2014).

O mesmo ocorria com as construções sobre o passado, uma vez que os pares poderiam auxiliar a definir o que fazia ou não parte da concepção de nação. A própria noção de Golpe ou Proclamação foi largamente discutida dentro do Instituto, havendo membros que defendiam uma ou outra opção (SOUZA, 2015). Estas posições, por sua vez, eram sustentadas com base na pesquisa documental, juntando o caráter experimental, monográficos e baseados nos estudos dos principais centros de pesquisas na Europa e EUA. Além disso, o IHGB era visto, à época, como principal centro de produção histórica no Brasil, estando, muitas vezes, sendo palco de debates sobre quais representações do passado eram legítimas (GUIMARÃES, 2003, 2006, 2007; SOUSA, 2015; HRUBY, 2008).

Nos últimos anos, estudos realizados por Monica Veloso (2003; 2010), Ângela de Castro Gomes (2009) e Manoel Salgado Guimarães (1988; 2003) apontam que no século XIX se iniciou a busca por compreender o que era a nação brasileira. Neste caminho os trabalhos realizados pelos membros do IHGB na primeira metade do século XIX podem ser vistos como um esforço no sentido de buscar estabelecer o projeto de nação para o Brasil. Não obstante, o Instituto Histórico realizou um concurso para saber como escrever a História do

Brasil, vencido por Von Martius em 1844; contudo, Von Martius escreveu o plano de redação, mas não o texto. Ficaria para Francisco Adolfo de Varnhagem a tarefa de escrever a primeira História Geral do Brasil sob a égide do IHGB (GUIMARÃES, 1988; OLIVEIRA, 2013).

A partir da década de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai e o início da crise do império, surgiu uma nova geração de letrados que visava apresentar uma nova resposta para a questão do que era a nação brasileira. Composta por mediadores culturais de diferentes lugares do Brasil e com atuação profissional diversa, esta geração seria chamada pela historiografia atual de *Geração de 1870*. Pode-se destacar neste grupo nomes como Tobias Barreto, Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Graça Aranha (VELOSO, 2003; 2010). A partir de diferentes olhares estes pensadores buscaram responder à questão do que era a Nação brasileira.

Se a crise do império iniciada na década de 1870 foi importante para que este grupo de letrados repensasse a ideia de nação brasileira, dois eventos ocorridos no final da década de 1880 fariam com que o projeto de nação fosse novamente repensado. A Abolição da Escravatura (1888) e a instauração da República (1889) modificavam as experiências vividas e projetavam novas expectativas na construção do imaginação de nação (KOSELLECK, 2006; GUIMARÃES, 2010). Isso fica visível na disputa em como se interpretaria a instauração da República: esta foi um golpe, algo que era do momento político, ou foi proclamada, algo esperado há muito tempo e que poderia ser comprovado por fatos anteriores (SOUSA, 2015).

Ângela Maria de Castro Gomes ressalta que o *historiador/letrado/mediador cultural* durante a *Belle Époque* (1870-1930) era um agente social participativo no campo político (GOMES, 2009; GOMES; HANSEN, 2016). Sua atuação não se limitava a pensar os processos históricos, mas, muitas vezes, estavam presentes em discussões que eram próprias do momento que vivia, tanto por ações entre seus pares como pela atuação em jornais de sua época. Nos jornais se debatia o que seria a imagem do Brasil, um país moderno e cosmopolita, ligada as cidades litorâneas, ou um país tradicional, ligado às tradições do interior e da cultura rural. Neste debate estavam presentes diferentes intelectuais tais como Max Fleuiss, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero e o conde de Afonso Celso, que como veremos a frente, no seu discurso na abertura do Congresso de História da América fez sua escolha.

A comemoração do Centenário era o momento propício para se repensar a história do Brasil. Desde sua instauração, a República vinha produzindo uma visão de História que pudesse legitimar seu projeto de nação. Na década de 1920, seria um momento oportuno para se fazê-lo, uma vez que a República já mostrava sinais de desgastes, trazendo a possibilidade de construção de novos horizontes de expectativas. Além disso, a Grande Guerra (1914-1918) deixou como uma de suas consequências a necessidade de se olhar tanto para o passado, quando para o futuro. O historiador, neste sentido, é aquele que utiliza os vestígios encontrados, transformando-os em fontes para: 1) analisar os fatos já apresentados; 2) construir novas interpretações de fatos a partir das fontes (KOSELLECK, 2006).

O Primeiro Congresso Internacional de História da América, que ocorreu em 1922, era um espaço excepcional para isso, uma vez que ocorreria durante as festividades do Centenário da Independência do Brasil. A Independência trouxe a Monarquia como seu regime político e a República, que a derrubou, precisava criar uma narrativa que ligasse a separação Política de Portugal com o presente que se vivia naquele momento da década de 1920. No seio da comunidade de letrados, coube a IHGB promover um evento que auxiliasse a realizar esta reconstrução.

O Congresso Internacional de História da América no IHGB (1922)⁵

A solenidade de abertura do Congresso foi realizada no dia 08 de setembro de 1922 e contou com personalidade ilustres, tais como o Dr. Epitácio Pessoa, membro do IHGB, presidente solene do Congresso e presidente do Brasil naquele momento, Charles Evans Hughes, secretário d'Estado dos Estados Unidos da América, sir. John Tilley, embaixador da Inglaterra, Eufrásio Losa, embaixador da Argentina, além de outras personalidades de vários países do continente americano⁶. Pensado para ser um grande evento na comemoração do Centenário d Independência do Brasil, neste congresso o Conde de Afonso Celso e outros membros do IHGB objetivam apresentar suas construções acerca do passado do Brasil.

Dentre as atividades deste Congresso, temos que entre os dias 9 a 14 de setembro realizaram-se as seções e sub-sessões previstas no Congresso, onde letrados não apenas do Brasil, mas de quase todos os países da América e de algumas nações europeias, tais como

5 Lúcia M^a P. Guimarães já analisou o Congresso Internacional de História da América em diversos textos (GUIMARÃES: 2005; 2006; 2007).

6 Neste texto, o termo *americano(s)* se refere a todos os países da América; para se referir aos nativos dos Estados Unidos da América utilizamos o termo *estadunidense*.

Portugal, França e Inglaterra, poderiam apresentar suas memórias. A tabela 1 apresenta as sessões e seus temas.

Tabela 1 – Seções do I Congresso Internacional de História da América	
1 ^a – História Geral da América.	18 ^a – História da República Argentina.
2 ^a – História dos Estados Unidos da América do Norte.	19 ^a – História do Uruguai.
3 ^a – História do México.	20 ^a – História de Cuba.
4 ^a – História da Guatemala.	21 ^a – História da República Dominicana.
5 ^a – História de Honduras.	22 ^a – História do Haiti.
6 ^a – História de S. Salvador.	23 ^a – História do Domínio do Canadá.
7 ^a – História da Nicarágua.	24 ^a – História da Guyana Inglesa.
8 ^a – História de Costa Rica.	25 ^a – História da Guyana Holandesa.
9 ^a – História do Panamá.	26 ^a – História da Guyana Francesa.
10 ^a – História da Colômbia.	27 ^a – História das Colônias insulares inglesas da América e de Honduras Britânica.
11 ^a – História da Venezuela.	28 ^a – História das Colônias insulares francesas na América.
12 ^a – História do Equador.	29 ^a - História das Colônias insulares holandesas na América.
13 ^a – História do Peru.	30 ^a - História das Colônias insulares dinamarquesas na América.
14 ^a – História da Bolívia.	
15 ^a – História do Brasil.	
16 ^a – História do Paraguai.	
17 ^a – História do Chile.	
Fonte: IHGB (1925, p. 16)	

Todas as seções eram divididas em nove subseções, a saber: (1) História Geral; (2) História das Explorações Geográficas; (3) História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas; (4) História Constitucional e Administrativa; (5) História Parlamentar; (6) História Econômica; (7) História Militar; (8) História Diplomática; e (9) História Literária e das Artes (IHGB, 1925) De acordo com Lúcia Guimarães (2007) aponta que a divisão das subseções seguia a proposta de organização da história tal como definida por Charles Langlois e Charles Seignobos em seu manual de história de 1898. Tal fato indica que a forma como o

Instituto Histórico organizou este congresso não se afastava dos moldes dos congressos realizado na Europa e Estados Unidos desde o século XIX, tal como veremos na parte final deste artigo.

Além das atividades acadêmicas, ocorreram atividades culturais tais como visitas ao Jardim Botânico e Museu Nacional no dia 10 de setembro; no dia 12, foram visitados o Senado Nacional, Câmara dos Deputados e Biblioteca Nacional; no dia 13, foram visitados o Supremo Tribunal Federal e a Escola Nacional de Belas Artes. Pode-se observar que a escolha dos locais a serem visitados considerava não apenas atrativos científicos e culturais, mas também políticos. O que reforça a ideia de considerar os participantes deste Congresso como mediadores culturais, pois além de letrados haviam políticos e pessoas que navegavam nos dois mundos.

Havia espaços que remontavam ao período imperial. O Jardim Botânico, Biblioteca Nacional e Escola Nacional de Belas Artes foram criações de D. João enquanto este residiu no Brasil durante os anos de 1808-1821. Quanto a Biblioteca Nacional, cabe ressaltar que em 1808 ela já estava situada na Avenida Central, na Praça da Cinelândia. Construída em estilo eclético, com traços marcantes de neoclássico, o prédio da Biblioteca Nacional, junto com o Theatro Municipal e o Supremo Tribunal Federal, compunha o novo *boulevard* do Rio de Janeiro fruto das obras de melhoramentos levadas a cabo por Pereira Passos entre 1902-1906. Outros remetiam ao período republicano, tais como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal.

Voltando a tratar do Congresso de História da América, cabe ressaltar que duas sessões plenas ocorreram nos dias 12 e 14 de setembro. Na primeira o Dr. Ricardo Levene⁷, representante da Argentina, e membro da Junta de História y Numismática Americana, entregou a Ramiz Galvão, ao Conde de Afonso Celso, a Max Fleiuss e a Manuel Cícero certificados de sócio correspondentes da Junta de História. Ainda nesta sessão foi aprovada a elaboração da História Geral da América em conjunto com os representantes de todos os países presentes. A sessão de encerramento foi realizada no dia 15 de setembro de 1922, iniciada às 16 horas, onde houve a homenagem a José Bonifácio, chamado de O Patriota. Neste dia houve ainda um Banquete oferecido no salão da Associação dos Empregados do

7 De acordo com Ana Paula Barcelos da Silva (2015), Ricardo Levene foi Membro e presidente da Junta de História entre 1927 e 1931 e 1934 e 1938; participou da renovação dos estudos Históricos na Argentina, fazendo parte de um movimento conhecido como Nova Escola Histórica que defendia uma visão de história que fosse nacionalista e americanista.

Comércio. O fim do congresso se seguiu de uma viagem a São Paulo, entre 16 a 20 de setembro.

Em seu discurso na abertura do Congresso, o Conde de Afonso Celso utilizou de fatos da história do Brasil para demonstrar a grandeza e como este se tornou a nação que era. Considerando o momento em que foi proferido este discurso, ele torna-se capital para se analisar a relação entre História e memória e os usos políticos da história no momento em que o Brasil comemorava seu primeiro Centenário de Independência. A partir de sua experiência, o conde de Afonso Celso poderia tornar o passado vivido presente e projetar expectativas de futuro (KOSELLECK, 2006). Além disso, ao escolher os temas a serem abordados, conduzia uma relação dialética entre lembrança/recordação e esquecimento, que compõem a construção da Memória Coletiva (RICOEUR, 2007).

Podemos acessar o discurso de abertura proferido pelo conde de Afonso graças aos Anais do Congresso, que teve como secretário geral Max Fleuiss (1868-1943). Temos contato com esta preleção através de sua versão escrita, mas podemos, mesmo sem ter ouvido o discurso, analisar as figuras de linguagem utilizadas pelo Conde para construí-la. Como destaca Roger Chartier (2002), entre um texto escrito e sua leitura existe uma série de interlocuções possíveis, estas podem ser vistas ao analisar os elementos que compõem este discurso e relacioná-las com o ambiente onde foi proferido.

Na ata escrita por Max Fleuiss apenas é possível determinar a hora que a cerimônia começou, pois não há referência do horário de término. Como dissemos anteriormente, a ata indica uma série de presentes ilustres, políticos, historiadores, letrados, jornalistas e pessoas comuns. De tal modo, não podemos deixar de frisar que ao proferir seu discurso o conde de Afonso Celso, tinha que considerar esta diversidade de pessoas. Além disso, mesmo tendo se tornado um monarquista após o exílio que vivia com o pai, o Visconde de Ouro Preto, quando da instauração da República, o Brasil era, naquele momento, uma República e o chefe de Estado brasileiro estava presente na cerimônia.

A experiência vivida pode tornar o passado presente, uma vez que os acontecimentos podem ser lembrados, do mesmo modo como um evento pode ser esquecido. A História, tal como ressalta Reinhart Koselleck (2006), é o conhecimento das experiências alheias, daquilo que não foi vivido. O conde de Afonso Celso ao se referir à importância do dia 07 de setembro de 1822 cem anos depois estava mobilizando diferentes referências que podiam ou

não ser compartilhadas por todos os presentes. Para tanto, escolhemos três categorias utilizadas pelo Conde para analisar neste espaço.

A Independência como Reflexo de um Passado já Esperado

Na construção de seu discurso Afonso Celso comparou o dia 07 de setembro de 1822 com 13 de maio de 1888, onde mais que ser o dia emancipação e da abolição, respectivamente, marcam um processo já em curso. Neste sentido, cabe sublinhar que no período final do Império o conde nutria inspirações republicanas e abolicionistas, posição que ele reveria após o exílio que viveu com o pai. Destarte, como a abolição era algo esperado para quem vivia no Brasil na década de 1880, Afonso Celso destaca que a independência era algo esperado para quem viveu o início dos anos 1820.

O conde via a Independência como um processo que se estendia de abril de 1821 a setembro de 1822. Este processo era composto por uma sucessão de eventos que marcaria o desatamento dos vínculos entre o Brasil e Portugal. Além disso, a Independência era algo esperado como fruto da própria evolução da história do Brasil, pois desde a nomeação de Christovam Jacques como governador da colônia, em 1526, até a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, em 1815, este país já contava com sentimento que a muito já existia: o desejo de emancipação. Para Afonso Celso, por mais que o Brasil tivesse sido uma colônia de Portugal, aqui nestas terras deste as cartas de nomeação do governador-geral já havia liberdade na prática, faltando apenas a liberdade política.

Aqui cabe ressaltar que com a instauração da República em 15 de novembro de 1889 se iniciou um intenso debate dentro do IHGB sobre o significado deste evento: seria um golpe ou uma proclamação? O rompimento era algo esperado, logo 15 de novembro deveria ser visto como uma Proclamação, um ato já esperado e desejado. Então, quais eventos deveriam ser elencados para justificar este ato? Caso fosse um golpe, como representá-lo? Como explicar a separação do Império (Estado) com a nação, uma vez que na escrita da história no Instituto ao longo dos *oitocentos* a História da Nação era a Biografia do Estado? (SOUSA, 2015; GUIMARÃES, 1988).

Francisco Sousa (2015), ao analisar a querela da instauração da República no Instituto Histórico destacou que o Conde de Afonso Celso fazia parte daqueles que via a instauração da República como um desencontro da História, como um golpe. Em seu discurso no dia 08 de setembro, foi através de uma metáfora que ele se referiu a instauração da

República. De acordo com Afonso Celso, D. Pedro ao receber a carta enviada por sua esposa e por José Bonifácio, antes de pegar na espada para bradar a Independência, ele parou e pensou. A referência à espada, a nosso ver, consiste em uma forma de questionar a forma como a República foi instaurada no Brasil: uma ação militar sem grande reflexão.

Ao descrever o local onde ocorreu a Independência, Afonso Celso coloca na cena os militares, os civis e as pessoas do povo. Estes elementos formavam a sociedade que a República precisava legitimar. A Igreja, que fora separada do Estado quando da instauração da república, estava presente na Independência representada pela figura do padre. Assim, por mais que não tivesse mais uma posição de destaque no Estado, a Igreja Católica ainda possuía grande relevância e influência social. Cabe ressaltar que os títulos nobiliárquicos eram conferidos pela Igreja e que Afonso Celso não deixou de utilizar seu título de nobreza mesmo depois que seu uso havia sido proibido nos primeiros anos da República.

Vários membros do IHGB eram ligados ou faziam parte da estrutura eclesiástica da Igreja Católica. Entre 1889 e 1912, Hugo Hruby (2008) destaca que foram intensos os debates sobre a relação Igreja e Estado, e sobre a forma de se escrever a História do Brasil. O Padre José Maria, que era sócio do Instituto, defendia que era possível conciliar fé e ciência. Dentre os religiosos que faziam parte do Instituto, havia, também, os que defendiam que a História escrita pelo IHGB deveria considerar os movimentos da providência divina em alguns fatos da história do Brasil, tais como no Descobrimento do Brasil.

O Conde de Afonso Celso não segue esta posição de colocar nas mãos de Deus os caminhos trilhados pelos homens ao construir sua narrativa buscando no passado fatos que legitimem o presente. O que, contudo, não o impediu de utilizar metáforas religiosas para construir sua narrativa. O dia, a hora e a estação do ano também são utilizados como figuras de linguagem que ajudam a compreender a Independência, se valendo, inclusive de referência religiosas para compor a imagem por ele descrita.

A data de sete de setembro está no final do período do inverno que é seguido pela primavera, figura por ele associada ao surgimento do novo momento da história. O período de frio e escuridão simbolizado pela imagem do inverno seria seguido pelo esplendor da Independência, período de alegria, tal como marca a imagem da primavera. O fato de ser 16 horas e 30 minutos, ou seja, o dia estava terminando, serviria como simbolismo para explicar o fim da dominação portuguesa. E por ser sábado, véspera do dia de santificação (o domingo),

que no discurso se tornava ainda mais simbólico, pois o que viria seria santificado, ou seja, contava com a aprovação divina.

A Importância do IHGB para o Brasil

Na análise de Afonso Celso, a independência era resultado da junção da ação de três personagens: o jovem (D. Pedro), sua esposa (D. Leopoldina) e o velho sábio homem de Estado (José Bonifácio). No final do discurso, o Conde indicaria que a função do Instituto, naquele momento, era similar à de José Bonifácio na independência: auxiliar o estadista em suas ações. Com isso, Afonso Celso retoma uma ideia que estava presente desde a fundação do IGHB: a função do Instituto não era apenas trazer mais que fatos políticos, mas auxiliar na formulação do projeto de nação (GUIMARÃES, 1988). E a metáfora serviria, naquele momento, para lembrar o papel que o IHGB deveria assumir nos tempos da república deveria ser próximo daqueles que possuía nos tempos do Império.

Nos primeiros anos da República, o IHGB passaria a assumir uma importância singular para o novo regime. Seria através da mobilização e da representação do passado que o regime poderia ser legitimado. O debate sobre o golpe ou proclamação da República viria acompanhado pela escolha de eventos no passado pudessem confirmar tal concepção. Mesmo não concordando com a instauração da República em 1889, em 1922 ela era uma realidade posta e com a qual o conde convivia. Em seu discurso o Afonso Celso buscou relacionar uma série de eventos que confirmavam a Independência, em 1822, como algo esperado. Estes, por sua vez, também poderiam ser utilizados para legitimar a República de 1889.

Afonso Celso ressaltava que deveria rememorar todos os que contribuíram para este dia, o da Independência em 1822. Iniciou a lista destacando os paulistas que em 1641 tentaram através de uma rebelião ter seu rei, sem citar nome de nenhum; trouxe em seguida Bernardo Vieira de Mello e sua ação em Pernambuco em 1711. Citou os pernambucanos de 1817 e a madre Joana Angélica com suas ações de em fevereiro de 1822. A escolha por quais eventos marcariam este destino esperado já era tema de debate na década de 1890/1900 no IHGB, como destaca Fernando Sousa (2015).

Mineiro nascido em Ouro Preto e filho do Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso lembrou de dois personagens que faziam parte da história da antiga capitania de Vila Rica. O primeiro a ser lembrado foi Felipe dos Santos, que liderou uma Revolta em 1720 contra o governo português; depois, trouxe a cena Joaquim José da Silva Xavier, que ficaria conhecido

na memória nacional como Tiradentes, uma vez que além de militar era dentista prático. Cabe destacar que a data associada a Tiradentes não foi à da conjuração mineira, que deveria tornar-se inconfidência em 1789, mas o ano do enforcamento do Tiradentes em 1792. De rebelde a mártir, a imagem de Tiradentes foi uma das que foram utilizadas para construir as novas representações do passado que estavam sendo gestadas desde o início da República e Afonso Celso não deixa utilizá-la em seu discurso.

A Imagem da Nação Brasileira é o Litoral ou o Interior?

Após demonstrar a vocação para a Independência, o conde de Afonso Celso faz uma descrição da ação de D. Pedro no dia 07 de setembro. O príncipe, que se tornaria o primeiro imperador, estava viajando pelo interior do Brasil, saindo da região de Minas Gerais, para onde havia ido aplacar dissídios e afirmar sua autoridade, seguindo para São Paulo. Durante esta viagem recebeu uma carta de sua esposa, D. Leopoldina, e de seu interlocutor José Bonifácio, dando notícias das ações das cortes sobre a vontade de recolonização do Brasil.

A descrição da ação é seguida pela análise da mesma, que em seu dizer “tudo em tão rápida e singela scena, é grandioso e symbolico: as personagens, o local, as circunstâncias do facto” (IHGB, 1925, p. 42). Neste ponto, o uso de figuras de linguagem tem um sentido especial, valoriza e (re)significa os acontecimentos que descrevia para um público diverso, mas que estava reunido na comemoração do Centenário daquilo que descrevia. As expressões “rápida e singela” e “grandioso e simbólico” mobilizavam referências que influenciavam na interpretação que poderia ser feita do evento que estava sendo descrito.

O grito de “Independência ou Morte” foi proferido em uma planície descampada, que, por sua vez, possuía seu simbolismo próprio. Para ele, este brado retumbante poderia se espalhar por todo o território brasileiro. Vejamos como o conde descreveu o lugar onde o fato haveria ocorrido:

Local: sítio desabitado, distante do oceano cosmopolita, vizinho da já histórica antiga Piratininga, modesta colina, humilde ribeiro, mas amplas esplanadas, horizontes interinos, – a assignalarem simultaneamente a tradição, o aspecto nacional, o porvir illimitado, a collaboração dos pequenos, a grande massa anonyma, bem como a significação, o alcance do grito que partindo do interior agreste do paiz, repercutiu por toda a sua enorme extensão (IHGB, 1925, p. 42).

Na passagem acima, vê-se Afonso Celso ressaltar o interior como aquele que conferiria identidade para o Brasil, dentro do debate que era realizado nas décadas de 1910/20, entre a imagem do litoral cosmopolita versus a do interior rural e tradicional,

representações que poderiam traduzir a imagem do Brasil Nação. A escolha pelo ambiente rural para a imagem do Brasil feita pelo Conde não deve ser vista como um consenso dentro do IHGB, nem entre os letrados brasileiros.

Havia uma corrente de letrados que via o país como possuindo características e vocação rural, questionando a capacidade dos letrados do litoral em conduzir a política nacional. Para eles, a cidade era o que havia de pior, um local sujo e aberto a estrangeirismo. O escritor e editor Monteiro Lobato (1882-1948) estava no grupo dos que viviam a vocação do Brasil como um país rural, vendo no bandeirante o herói nacional. Tal linha de pensamento bebia no romantismo e retomava a ideia de um Brasil rural para propor a identidade nacional, como o fizera um segmento da *Geração de 1870*, da qual o conde de Afonso Celso fazia parte.

Em sua obra mais conhecida, *Por que me ufano do meu país*, publicada a primeira vez em 1901 e que contou com várias reedições e com traduções para outros idiomas, Afonso Celso apresenta os motivos pelos quais o brasileiro deveria se orgulhar do seu país. De acordo com Bastos, temos que:

A obra está dividida em 42 pequenos capítulos, os quais procuram demonstrar a superioridade brasileira, a partir de onze argumentos e fatos: grandeza territorial, beleza física, riqueza, variedade e amenidade do clima, ausência de calamidades, excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional, não ter sido povoado por degradados, os nobres predicados do caráter nacional, nunca sofreu humilhação e nunca foi vencido, procedimento cavalheiresco e digno com os outros, as glórias a colher a sua história (BASTOS, 2002, p. 9).

Podemos ver que na descrição apresenta por Bastos para a obra de Afonso Celso, este já apresentava alguns elementos que seriam utilizados no discurso que analisamos: a menção a recursos naturais, a imagem positiva da colonização portuguesa e o passado ferramenta para se conhecer o presente. Além disso, se aqui fomos colonizados por pessoas com nobres valores morais, por que se abrir para a influência de outros povos? Tanto no livro como no discurso aqui analisado a pessoa do interior é colocada como imagem do brasileiro. Contrapondo-se a esta visão, havia letrados que viam o Brasil como reflexo da cidade litorânea, cosmopolita e integrada ao mundo europeu⁸.

Cabe pensar porque o IHGB organizou um congresso de História da América no centenário da independência do Brasil. Para compreendermos esta escolha precisamos

8 Para saber mais: Motta (1992; 2004).

primeiro considerar a participação dos membros do Instituto em eventos internacionais e a reorientação do o Silogeu adquiriu a partir da presidência do Barão do Rio Branco e que fora seguida pelo Conde de Afonso Celso. Este é o tema da próxima seção.

O Congresso Internacional e a Escrita da História da América

Estudos recentes demonstram que mesmo antes da formação da profissionalização do historiador em universidade, na década de 1930, o Brasil não estava alheio a produção historiográfica realizada nos principais centros de produção na Europa (GOMES, 2009; GUIMARÃES, 2007; OLIVEIRA, 2013; GUIMARÃES, 1988; NICODEMO, 2013). A circulação de letrados brasileiros em eventos internacionais eram uma constante. Tanto o governo imperial como o republicano financiaram viagens para que membros do IHGB para participar destes eventos. A tabela abaixo sintetiza alguns dos eventos científicos por onde os membros do Instituto Histórico circularam no entre 1870 e 1910.

Tabela 1 – Participação de Membros do IHGB em Eventos Internacionais

Evento	País	Ano	
Congresso de Ciências Históricas	Itália	1839	Luiz Moutinho Álvares e Silva
Congresso Arqueológico e Histórico de Antuérpia	Bélgica	1866	Vários Representantes
Congresso de Americanistas de Luxemburgo	Luxemburgo	1878	Barão de Rio Branco
Congresso de Ciências Históricas de Veneza	Itália	1881	Visconde de Araguaia
Exposição Universal de Paris	França	1889	Vários Representantes
Exposição Columbiana – Chicago	EUA	1892	Vários Representantes
XVI Congressos de Americanistas em Viena	Áustria	1908	Manoel de Oliveira Lima
Fonte: Guimarães (2007, p. 80)			

Percebe-se pelo exposto na Tabela que os membros do Instituto Histórico eram frequentadores assíduos dos eventos internacionais, neles se debatiam o que mais novo havia na produção científica. A realização de congressos e exposições internacionais era uma prática comum no cenário europeu e dos Estados Unidos do século XIX, em especial na segunda metade, e neles a presença de letrados brasileiros, inclusive enviados pelo próprio IHGB, era uma constante. No caso de membros do Instituto Histórico a presença nos círculos internacionais se iniciou, como mostra a tabela acima, um ano após a criação do IHGB.

Além disso, os letrados brasileiros não eram apenas ouvintes nestes eventos. A participação e a relevância do material apresentado eram uma constante, como por exemplo, no Congresso de Ciências Históricas de Veneza realizado em 1881. De acordo com Lúcia Guimarães (2007), os membros do Instituto Histórico receberam, neste evento, um prêmio que ressaltava a importância da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quanto a sua periodicidade e qualidade para a produção brasileira como no cenário internacional. Este prêmio também congratulava os historiadores brasileiros pela qualidade dos mapas expostos ao longo do evento.

Além da participação de membros do IHGB nestes eventos, não podemos deixar de sublinhar a ação de outro importante membro do Instituto em eventos internacionais. O Barão do Rio Branco, que foi o correspondente do IHGB no Congresso de Americanistas de Luxemburgo em 1878, se tornaria ministro das Relações Exteriores e presidente da Escola Palatina, entre 1902 e 1912, ano de sua morte. Durante os anos em que esteve a frente do Ministério das Relações Exteriores, a política externa brasileira mudaria, ao invés de olhar apenas para a Europa, o Brasil passaria participar de Conferências que reuniam países americanos, o que não acontecia nos tempos do Império, uma vez que se ligava mais a Inglaterra, França e Portugal.

Foi o próprio Simon Bolívar que convocou o Congresso do Panamá em 1826 com o objetivo de criar uma confederação entre as jovens nações latino-americanas. Foi apenas com o Manifesto do Partido Republicano em 1870 que o Brasil se aproximou dos EUA e da América Latina. Assim, quando da convocação do I Conferência dos Estados Americanos realizada entre outubro de 1889 e abril de 1890 em Washington, o Brasil participou. Nesta Conferência ficou nítida a oposição entre os interesses estadunidenses e argentinos, e que um acordo entre os países americanos seria um longo caminho a se construir. Após as conferências nos EUA, foram realizadas no México em 1901/02, no Rio de Janeiro em 1906 e em Buenos Aires em 1910.

A III Conferência Internacional Americana foi realizada no Rio de Janeiro entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906. Todos os países da América foram convidados, exceto o Canadá, tendo enviado representantes dezoito países. Mesmo atendendo a questões levantadas por quase todos os países que representados, neste encontro os representantes brasileiros evitaram, ao máximo, temas que fossem controversos. Tal postura de evitar

grandes embates pôde ser vista tanto no Barão do Rio Branco quanto no secretário de Estado dos Estados Unidos Elihu Root (BUENO, 1997).

Na análise que fez do memorial da III Conferencia, Bueno (1997) observou que a Argentina era a maior opositora das propostas de Pan-Americanismo. Os portenhos tinham uma posição comercial mais isolada no contexto de relações comerciais da América, tendo o seu fluxo comercial ligado a Europa. Havia uma concorrência entre os argentinos e os estadunidenses no comércio de trigo desde 1870, o que fazia com que os primeiros fizessem acordos bilaterais com o Brasil, mercado que estava em franca expansão. Se do ponto de vista econômico a Conferência de 1906 resultou em poucos dividendos econômicos para o Brasil, esta pôde aproximá-lo ainda mais dos EUA. Além disso, a ação do Barão do Rio Branco foi uma mostra de seu prestígio político ao trazer para o Rio de Janeiro antes de Buenos Aires a Conferência, mostrando que as relações entre o Brasil e os EUA eram intensas desde a passagem do século XIX para o XX.

No caso dos Congressos de História a serem promovidos pelo IHGB, houve em 1908, ainda sob a presidência do Barão do Rio Branco, a tentativa de se fazer um primeiro congresso internacional reunindo pesquisadores brasileiros e portugueses. Este projeto não se realizou devido ao assassinato do monarca português D. Carlos que estava com visita marcada ao Brasil. Nas duas décadas seguintes, o nacionalismo se efervesceu e o IHGB realizou dois grandes congressos. O I Congresso de História Nacional, em 1914, e Congresso Internacional de História da América realizado dentro das comemorações do Centenário da Independência, ocorrido no Rio de Janeiro em 1922 (GUIMARÃES, 2005; 2006; 2007).

Nas palavras de Lúcia Guimarães, temos que:

Os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados do Instituto Histórico. Afinal, dentre as ligações do catecismo cívico, sobressai-se o estudo da história pátria. Tanto que, em 23 de abril de 1913, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima pronunciou uma conferência, que obteve grande ressonância entre os letrados e políticos, intitulada “O atual papel do Instituto Histórico”. [...] Tarefas pedagógicas de *assinalado serviço a causa nacional*, no entender do conde de Afonso Celso, então presidente do Instituto, figura reconhecida como *chefe venerável do nacionalismo brasileiro* (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

De acordo com Lúcia Guimarães (2006; 2007), Manoel de Oliveira Lima após participar do Congresso de Americanistas realizado em Viena em 1908 escreveu uma série de crônicas sobre o evento. Nessas crônicas, lamentava que não ocorreria um evento deste tipo no Brasil. Não obstante, em sua conferência proferida no Instituto em 1913, intitulada *O atual*

papel do Instituto Histórico, defendeu que cabia a este órgão realizar esta empreitada. Ação que se confirmou com a realização do I Congresso de História Nacional em 1914. Foi no I Congresso de História Nacional que Afonso Arinos e Max Fleuiss, então secretário-geral do IHGB, sugeriram a realização do Congresso Internacional de História da América dentro das comemorações do Centenário, alinhando o Instituto as ações iniciadas pelo Barão do Rio Branco, de reorientar a posição do *Silogeu* para olhar também para a América.

No instituto a ideia de se comemorar o primeiro Centenário da Independência não era nova, já havia sido levantada pelo conselheiro Manuel Francisco de Correia ainda em 1898. Foi João Mendes e Afonso Arinos que trouxeram, em 1903, para o Instituto a ideia de se fazer um Congresso de História Nacional, já com o objetivo de avaliar a situação dos estudos históricos no Brasil.

Entre 1914 e 1922, ocorreram algumas reuniões preliminares para organização do Congresso. Na sessão de 15 de fevereiro de 1915 foi expedida uma portaria de nomeando a Comissão Executiva do Congresso de Internacional de História da América. A primeira reunião desta comissão, sendo a reunião coordenada pelo presidente perpétuo do Instituto, o Conde de Afonso Celso, foi realizada em 23 de fevereiro de 1915 e se decidiu pela composição da Comissão Executiva do evento. Em 09 de agosto de 1916 seguiu, via Ministério das Relações Exteriores, as instruções para proceder com os convites.

Em 1º de setembro de 1922, houve a Primeira Sessão Preparatória do Congresso. Nesta sessão Ramiz Galvão propôs que a comissão organizadora redigisse o Regimento Interno do Congresso. Neste grupo estavam os brasileiros Manuel Cícero, Tavares Lyra, Nuno Pinheiro, Solidonio Leite e o argentino Dr. Enrique Loudet. O regimento de interno foi aprovado na terceira sessão realizada a 06 de setembro. Nesta sessão foi anunciada a compra da Casa de Tiradentes, em Ouro Preto, pelo IHGB e foram eleitos os cargos de honra do Congresso.

Considerando que o evento ocorreu nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil, este teve como tema a história da América por sugestão de Afonso Arinos e Max Fleuiss, no final do I Congresso de História Nacional realizado em 1914. Foi Ramiz Galvão, na primeira seção preparatória realizada em 1º de setembro de 1922, nas dependências do IHGB, que sugeriu aos presentes que além dos trabalhos do congresso os participantes cuidassem da elaboração de uma redação de história da América a ser terminada

até 12 de outubro de 1925; tal proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes nesta seção (IHGB, 1925).

Em seu discurso na abertura do Congresso o tema da escrita de uma História da América, assim como a importância que o Novo Mundo deveria possuir no pós-guerra se fizeram presentes. Vejamos as palavras de Afonso Celso:

Torna-se o Novo Mundo o renovador do Mundo; institua-se a paz americana, mais augusta e gloriosa do que a paz octaviana dos Cesares, – a paz da democracia, do trabalho, do progresso moral, a paz com que os anjos saudaram o Natal do Messias. E, na verdade, caberá a América uma missão messiânica: a de evangelizar e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra; a de regenerar, sobretudo pelo exemplo, o gênero humano; a de fazer as suas vinte e uma nações atingirem o ideal, á semelhança das doze tribos de Israel que, através de tantas vicissitudes chegaram á terra da Promissão (IHGB, 1925, p. 44).

Observa-se, nas palavras de Afonso Celso, que havia entre os membros do IHGB a ideia de aproximação entre os países americanos. Tais países, por sua vez, deveriam assumir um novo papel no cenário internacional. Não se pode esquecer que em 1922 havia apenas quatro anos que a Primeira Guerra Mundial tinha terminado, o que auxilia a compreender a *missão da América* como aquele que poderia se tornar o principal continente a partir daquele momento.

Vê-se, também, que as metáforas religiosas, das quais falamos anteriormente, foram utilizadas no final do discurso como forma de criar a imagem explicativa das ideias do Conde. Tais imagens combinavam a busca pelo uso científico, utilizando referências de fatos passados, com uma visão de História Mestra da Vida, onde estes fatos poderiam ensinar e criar um projeto de nação, e de continente, demonstrando que o horizonte de expectativas consiste em uma construção dinâmica⁹.

Considerações finais

Analisar um discurso possibilita ao historiador observar as tensões existentes entre o individual e o coletivo. Ao mesmo tempo em que a alocução expressa as ideias de um indivíduo, tais representações não podem ser vistas como soltas no tempo. Neste sentido, o contexto social não determina as ideias de uma pessoa, mas possibilita chaves explicativas que auxiliam na compreensão e interpretação das escolhas operadas na organização do discurso.

⁹ Para saber mais sobre História Mestra da Vida (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2014). Para ver como a História Mestra da Vida era utilizada no IHGB no século XIX (GUIMARÃES 1988, 2003, 2010).

Por não estarem soltas no tempo, mas sublinharem a posição de uma pessoa, a análise do discurso do Conde de Afonso Celso possibilita confrontar suas escolhas com outras construídas até aquele momento. A geração de 1870 que viveu *15 de novembro de 1889* e trazia consigo experiências do passado recente, construía suas expectativas acerca do futuro, que podem ser observadas na forma como o passado era mobilizado, organizado e apresentado. O que demonstra que a construção da imagem da nação não é algo dado, mas resultado de disputas entre mediadores culturais e letrados.

Em seu discurso, o presidente do Instituto Histórico se valeria de uma série de figuras de linguagem que tornava sua elucidação ainda mais significativa. Ao trazer os novos eventos elencados nos primeiros anos da República, Afonso Celso demonstrava que apesar de trazer uma visão particular do evento, para ser compreendido mais facilmente o emissor deve utilizar uma série de elementos compartilhados também por aqueles que o ouvem. Torna-se possível compreender a lista de eventos que explicam o desejo de república desde o período colonial, acontecimentos estes que serviriam para legitimar o novo regime, assim como a utilização da imagem das doze tribos de Israel para explicar o papel que a América deveria assumir a partir daquele momento.

Por fim, hoje sabemos que o projeto de se construir conjuntamente uma versão de História da América não foi alcançada. Deste congresso resultou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Pan-Americanos, que realizou diversas atividades ao longo do século XX. Além disso, houve a aproximação do Brasil e da Argentina no plano intelectual e político com a celebração de acordos para a escrita conjunta de uma história da América na década de 1930, tendo como articuladores Ricardo Levene e letrados do IHGB. Igualmente, como foi em Buenos Aires que se realizou o Segundo Congresso Internacional de História da América. Mas, a análise deste congresso ficará para outra oportunidade.

Referências

- BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva Histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 22, nº 44, p. 289-321, 2009.
- BUENO, Clodoaldo. Da *Pax britânica* à Hegemonia Norte-americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: nº. 20, p. 231-250, 1997
- CERTEAU, Michel. Operação Historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2013.

- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In.: _____. *A beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002, p. 61-79.
- DELACROIZ, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes historiográficas na França: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914-1949). in.: GUIMARÃES, M. (org.) *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro, 2006, p. 162-181.
- _____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- _____. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). *TOPOI*, v. 6, n° 10, p. 192-212, jan.-jun. 2005.
- _____. Sobre a história da historiografia como campo de estudos e reflexões. in.: NEVES, L. et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2011, p. 19-35.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista e o nascimento da disciplina. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. João Pessoa, PB: ANPUH, 2003. 1 - 7.
- _____. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n° 1, v. 1, p. 5-27, 1988.
- _____. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; TEIXEIRA, R. (org.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p. 23-42.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique. In: ____ (dir.) *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001, p. 13-24.
- HRUBY, Hugo. O tempo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*. Ouro Preto-MG, n° 2, p. 50-66, mar. de 2009.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Anais do Congresso Internacional de História da América (1922)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, v. 1.
- IUMATTI, Paulo; VELLOZO, Júlio Cesar de Oliveira. Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934). *Reflexos*, Paris, n° 2, p. 1-26, 2014. Disponível em: http://e-revues.pum.univ-tlse2.fr/sdx2/reflexos/article.xsp?numero=2&id_article=varia_02teixeiraiumatis-492. Acessado em: 12/07/2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006, p. 305-327.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

MOTTA, Marly da Silva. *A não faz cem anos*: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

_____. *Rio, Cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NICODEMO, Thiago Lima. Intelectuais brasileiros e a política de divulgação cultural do Brasil entre 1930-1950: primeiros apontamentos para o estudo do problema. *Dimensões*. Vitória-ES, v. 30, p. 110-132, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. 3ª reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PEREIRA, Mateus Henrique de F; SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago Lima. Brazilian Historical Writing in Global Perspective: on the emergence of the concept of “Historiography”. *History and Theory*, v. 54, 2015, p. 84-104.

SILVA, Ana Paula Barcelos da. História e integração regional: intelectuais, convênios e livros no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX. *História da historiografia*. Ouro Preto, MG: n. 18, agosto de 2015, p. 231-247.

SOUSA, Francisco. Revolta e proclamação como molduras da história; escrita de história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. *História da Historiografia*. Ouro Preto-MG, nº 18, Ago de 2015, p. 215-230.

VELLOSO, Mônica. O Modernismo e a Questão Nacional. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. (org.s) *O Brasil Republicano*: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, p. 351-386.